
A CATEGORIA TERRITÓRIO NO CONTEXTO DO BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA: olhares sobre a questão agrária brasileira

THE TERRITORY CATEGORY IN THE DATABASE CONTEXT OF THE FIGHT FOR LAND: views on the Brazilian agricultural issue

Onélia Carmem Rossetto

Universidade Federal de Mato Grosso, Departamento de Geografia, Cuiabá, MT, Brasil
carmemrossetto@gmail.com

Giseli Dalla Nora

Universidade Federal de Mato Grosso, Departamento de Geografia, Cuiabá, MT, Brasil
giseli.nora@gmail.com

Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima

Universidade Federal de Mato Grosso, Departamento de Geografia, Cuiabá, MT, Brasil
diogomdelben@gmail.com

Resumo

O DATALUTA (Banco de Dados da Luta pela Terra) é um projeto de extensão e pesquisa articulado em rede que congrega múltiplos grupos de pesquisas nacionais e internacionais. Entre as categorias investigadas no âmbito do projeto, estão território, territorialização e desterritorialização. Assim, este artigo tem como objetivos: contribuir com a discussão teórica de tais categorias, identificando os principais autores nacionais e suas perspectivas de análise; de forma concomitante busca identificar o enfoque dado a estas categorias geográficas no boletim DATALUTA, um dos veículos de comunicação vinculado ao projeto. Os aportes metodológicos foram subsidiados pela análise de conteúdo, por meio das fases, a saber: a) busca para seleção de artigos nas bases de dados Scientific Electronic Library Online-SciELO e Google Acadêmico; b) revisão dos textos subsidiados por critérios pré-selecionados; c) seleção das palavras mais citadas nos artigos por meio do software NVIVO; d) identificação dos autores e respectivas obras com maior número de citações. Para o boletim DATALUTA, repetiu-se seleção das palavras mais citadas nos artigos com apoio do software. Os textos e as respectivas “nuvens de palavras” foram analisadas e possibilitaram aprofundamentos comparativos entre as categorias geográficas e também entre as perspectivas da questão agrária brasileira.

Palavras-chave: Categoria de análise. DATALUTA. Questão Agrária. Desterritorialização. Reterritorialização.

Abstract

DATALUTA – Struggle for the Earth Database – is a networked research and extension project that brings together multiple national and international research groups. Among the categories investigated in the scope of the project are territory, territorialization and

detritorialization. Thus, this article aims to contribute to the theoretical discussion of such categories, identifying the main national authors and their perspectives of analysis, concomitantly, sought to identify the focus given to these geographical categories in the DATALUTA bulletin, one of the linked communication vehicles to the project. The methodological contributions were subsidized by the content analysis, through the phases, namely: a) search for selection of articles in the Scientific Electronic Library Online-SciELO and Google Scholar databases; b) review of texts subsidized by pre - selected criteria; c) selection of the most cited words in the articles using the NVIVO software; d) identification of the authors and respective works with the highest number of citations. For the DATALUTA bulletin, the selection of the most cited words in the articles with the support of the software was repeated. The texts and the respective “word clouds” were analyzed and allowed comparative deepening between the geographical categories and also, between the perspectives of the Brazilian agrarian question.

Keywords: Analysis category. DATALUTA; Agrarian Question; Desterritorialization; Reterritorialization.

Introdução

O Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) é um projeto de extensão e pesquisa articulado em rede que congrega múltiplos grupos de pesquisas do país. Entre as categorias investigadas no âmbito do projeto, estão território, territorialização e desterritorialização. Assim, o presente artigo busca contribuir com a discussão teórica de tais categorias, identificando os principais autores nacionais e suas perspectivas de análise.

Munidos de tais subsídios teóricos e observando os trabalhos produzidos pela REDE DATALUTA, encontramos teses e dissertações, artigos, projetos de pesquisa e relatórios que contribuem para a leitura do mundo e das questões agrárias. Tal universo desvela as realidades dos movimentos socioterritoriais e sua importância para a reforma agrária popular.

Nesta diversidade de atuação, escolhemos o boletim DATALUTA como fonte de inspiração para tal diálogo, uma vez que ele representa o principal instrumento de divulgação e análise da questão agrária brasileira na ótica do campesinato e do Paradigma da Questão Agrária (PQA). Assim, buscamos identificar como os conceitos de território, territorialização e desterritorialização estão ou não colocados no âmbito do boletim DATALUTA.

Os aportes metodológicos utilizados nesta pesquisa estiveram centrados nos pressupostos de análise de conteúdo proposta por Bardin (1979), definida como descrição analítica de categorias que permite a classificação dos componentes do significado do texto por meio da descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação. Foca-se em mensagens (comunicações) e categoria-temáticas com o objetivo de confirmar os indicadores no âmbito do texto.

A análise de conteúdo abrange as iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, com a finalidade de se efetuarem deduções lógicas e justificadas a respeito da origem destas mensagens (quem as emitiu, em que contexto e/ou quais efeitos se pretende causar por meio delas). Nas palavras da autora, a análise de conteúdo constitui:

[...]um conjunto de técnicas de análise de comunicação, visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN, 1979, p. 42).

Para experimentar a técnica se faz necessário obedecer sucessivas fases. Na fase inicial, pré-análise, o material é organizado, compondo o corpus da pesquisa. Para tanto, realizou-se busca para seleção de artigos nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico, usando os termos de busca: “território”, “territorialização”, “desterritorialização”, atendendo ao princípio da homogeneidade, onde os dados deviam referir-se ao mesmo tema e estar adaptados aos objetivos da pesquisa.

Efetivou-se revisão sistemática dos textos selecionados, norteadas pelos seguintes critérios: a) artigos publicados em periódicos da área de Geografia no período entre 2000-2019; b) excluiu-se artigos de estudos de casos e resumos em anais de congressos. Inicialmente foi avaliado se os títulos traziam algum dos termos de busca e identificou-se 51 artigos na plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO) e 62 no Google Acadêmico, totalizando 113 artigos.

A segunda fase proposta por Bardin (1979) é a exploração do material, onde os dados brutos são codificados; para tanto envolve procedimentos de recorte, contagem, classificação. No âmbito da pesquisa em questão, utilizou-se o software NVIVO,

adequado a métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa que realizou a leitura dos 113 artigos e selecionou as cinquenta palavras mais citadas nos artigos, a fim de visualizar os diferentes enfoques e abordagens gerando uma “nuvem de palavras” que definiram os principais enfoques do material. O software NVIVO

é um programa para análise de informação qualitativa que integra as principais ferramentas para o trabalho com documentos textuais, multimétodo e dados bibliográficos. Na parte de dados qualitativos é possível realizar transcrição de vídeos e áudios, codificar texto, análises de redes sociais e/ou páginas da web, entre outros. Já na parte quantitativa tem-se estatística descritiva, inferencial e até mesmo meta-análise. (ALVES, 2015, p. 125).

Na sequência, através do Google Acadêmico, buscou-se identificar os autores e obras mais citadas no âmbito da temática, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1: Obras mais citadas no âmbito do Google Acadêmico

Nº	Obra(s)	Total de citações
1	SAQUET, Marcos Aurélio; DA SILVA, Sueli Santos. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. Geo Uerj , v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.	64
2	SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. Geosul , v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.	65
3	SAQUET, Marcos Aurélio. Proposições para estudos territoriais. GEOgraphia , v. 8, n. 15, 2006.	62
4	SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos . SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério (org.). São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p. (Geografia em Movimento) p. 73-94, 2008.	227
5	SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território e territorialidade. Revista Geográfica de América Central , v. 2, p. 1-16, 2011.	973
6	HAESBAERT, Rogerio. Território e multiterritorialidade: um debate. 2010. GEOgraphia , a. 9, n. 17, 2007.	362
7	HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. Geographia , v. 4, n. 7, p. 7-22, 2002.	130
8	HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Boletim Gaúcho de Geografia , v. 29, n. 1, 2003.	546
9	HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade . Bertrand Brasil, 2004.	3075
10	HAESBAERT, Rogério. Territórios alternativos . Editora Contexto, 2013.	924

11	FERNANDES, Bernardo Maçano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica. A pesquisa em Educação do Campo . Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006.	207
12	FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera , n. 6, p. 24-34, 2012.	480
13	FERNANDES, Bernardo Maçano. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária : o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. Tese (livre-docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.	40
14	FERNANDES, Bernardo Maçano. Questão agrária : conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2004.	336
15	FERNANDES, Bernardo Maçano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Ed.). Territórios e territorialidades : teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215, 2009.	275

Fonte: Google Acadêmico.

Org.: Os autores, 2019.

A última fase, segundo Bardin (1979), refere-se ao tratamento dos resultados obtidos e interpretação, possibilitando a realização de inferências e interpretações de acordo com o quadro teórico e os objetivos propostos. Assim, elegeu-se, de forma aleatória, cinco artigos mais citados de cada autor para análise pormenorizada e, a partir da leitura criteriosa e apoio do software NVIVO, foi possível elaborar a “nuvem de palavras” e descrever os principais enfoques dados pelos autores no âmbito das categorias analíticas da Geografia, a saber: “território”, “territorialização”, “desterritorialização”.

Na sequência, selecionou-se trinta e sete Boletins DATALUTA mais recentes, publicados no período de abril de 2016 a abril de 2019 e, com o auxílio do NVIVO, elaborou-se uma nuvem de palavras dos termos mais citados, buscando identificar o surgimento dos conceitos de território, territorialização e desterritorialização. Foi especialmente útil na pesquisa porque forneceu elementos de análise qualitativa para o grande volume de textos selecionados, e suas funcionalidades de apoio propiciaram a seleção dos principais termos e textos, facilitando o processo de codificação (LAGE, 2011).

Com base na nuvem de palavras, buscou-se realizar a leitura dos principais artigos que registravam os termos, elaborando análise da perspectiva assumida pelos autores. Assim, munidos (teoricamente) da construção das categorias investigadas, realizou-se a leitura da questão agrária brasileira na perspectiva do material analisado.

O conceito de Território: pluralidade e síntese

A presente seção busca realizar a leitura dos principais termos utilizados no universo dos autores analisados e redimensioná-los, de forma a operacionalizar uma descrição do pensamento geográfico sobre o conceito de território e suas desinências, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização, sem a pretensão de exaurir a pluralidade de enfoques, mesmo porque tal tarefa é impossível diante da multiplicidade de classificações propostas nas obras examinadas.

A “nuvem” das cinquenta palavras mais citadas nos 113 artigos (Figura 1) permite recompor a compreensão dos enfoques dados ao conceito de território, cujo destaque é o termo espaço que, para o escopo do artigo em questão, é acrescido da complementação “geográfico”. Portanto, entende-se que o espaço geográfico, como objeto e categoria central da ciência geográfica, é essencial para subsidiar as discussões sobre território e suas desinências.

Figura 1: Principais termos encontrados nos artigos pesquisados



Fonte: Textos selecionados, 2000-2019.

Org.: Os autores, 2020.

Santos (1978; 1997; 2004) contribuiu sobremaneira para o entendimento do espaço geográfico como processo e produto das relações sociais do passado e do presente, cuja estrutura manifesta-se através de processos e funções. Concebe ainda o espaço como um campo de forças desiguais; correlativamente a evolução espacial não se apresenta de

forma homogênea em todos os lugares. Para o autor, o espaço geográfico é “[...] um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1997, p. 63).

Santos (1996) define território como o todo; já o espaço é conceituado como a totalidade verdadeira, uma vez que a sociedade está sempre em movimento, oferecendo, no transcurso histórico, espaços diferentes resultantes das articulações entre a sociedade, o espaço e a natureza. Deste modo, os espaços são heterogêneos devido às diferenciações das técnicas utilizadas e o território configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço (SANTOS, 2002).

Em consonância com os pressupostos de Santos (1978; 1997; 2002; 2004), a leitura da “nuvem de palavras” (Figura 2) destaca como centrais nas obras de Haesbaert (2002; 2003; 2004; 2007; 2013) os termos território e espaço. O primeiro passará por uma discussão mais aprofundada no transcorrer do texto; o segundo, espaço, é concebido no âmbito das relações de poder e como componente essencial na realização de funções e na produção de significados (HAESBAERT, 2007).

Figura 2: Principais termos utilizados nas obras de Rogério Haesbaert



Fonte: Haesbaert, 2002; 2003; 2004; 2007; 2013.

Org.: Os autores.

O autor concebe o território como funcional, pois, desempenha significativo papel enquanto recurso para a vida humana, destacando os recursos naturais. Contudo, ressalta também, o território como simbólico, imerso em relações de dominação, elo de apropriação sociedade-espaço. Assim, representa um continuum que sofre a dominação

político-econômica concreta e funcional, de forma concomitante com a apropriação subjetiva e/ou “cultural-simbólica”.

Haesbaert (2002) busca no pensamento dos filósofos Guilles Deleuze e Félix Guattari suas contribuições para a ciência geográfica, principalmente através do conceito de territorialização e desterritorialização, assumindo a perspectiva que ambos são processos concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas. De forma objetiva, afirma que a desterritorialização é o movimento pelo qual se deixa o território, e a reterritorialização é o movimento de construção do território e ambos são processos indissociáveis, ou seja, se há um movimento de desterritorialização, teremos também um movimento de reterritorialização.

Ao aprofundar-se no conceito de território, Haesbaert (2003) evidencia a preocupação com “o fim dos territórios” (grifo nosso) e o avanço dos processos de desterritorialização. Ressalta ainda a polissemia conceitual do termo território, agrupando-as em quatro vertentes básicas: a) jurídico-política: território é concebido como espaço de poder; b) culturalista: onde a dimensão simbólica e subjetiva é priorizada; c) econômica: onde o território é visto na dimensão espacial das relações econômicas, na luta entre as classes sociais e nas relações com o capital; d) naturalística: que aborda o território com base nas relações sociedade-natureza.

O conceito de território é discutido na sua derivação direta, a territorialidade, atrelada à noção de "multiterritorialidade", ou seja, a multiplicidade de territórios. Neste sentido, Haesbaert (2007) propõe uma distinção na constituição dos “múltiplos territórios” no âmbito do sistema capitalista, classificando-os em: territórios-zona, mais tradicionais; e territórios-rede, caracterizados pela fluidez e a mobilidade. Enfatiza a necessidade de analisar as formas, mas com especial atenção ao tipo de poder exercido e os sujeitos envolvidos.

Sintetiza o texto identificando múltiplos territórios ou múltiplas territorializações, através das seguintes modalidades: a) Territorializações como territórios de exceção dentro da ordem vigente, destituidores de cidadania; b) Territorializações fechadas, onde se impõem o poder político e a identidade cultural e não se admite a pluralidade territorial de poderes e identidades; c) Territorializações político-funcionais tradicionais, como a do Estado-nação que não admite a pluralidade de poderes; d) Territorializações flexíveis, que admitem a sobreposição territorial; e) Territorializações efetivamente múltiplas, uma

multiterritorialidade construída por grupos que se territorializam na conexão flexível de territórios-rede multifuncionais e identitários. Ao referir-se à multiterritorialidade, afirma:

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma ‘multiterritorialidade’. (HAESBAERT, 2004, p. 344).

Haesbaert (2007) reconhece a desterritorialização como mito, afirmando que ela existe, mas como processo ligado indissociavelmente ao movimento de (re)territorialização. E enfatiza a dimensão social da desterritorialização afirmando que quem usualmente perde seu território são os mais destituídos que vivem em condições precárias.

A similitude das obras de Haesbaert (2002; 2003; 2004; 2007; 2013) com as obras de Saquet (2006; 2007; 2008; 2008; 2011), analisadas no decorrer do presente texto, está justamente na centralidade do conceito de espaço geográfico (Figura 3).

Figura 3: Principais termos utilizados nas obras de Marcos Aurélio Saquet



Fonte: Saquet, 2006; 2007; 2008; 2008; 2011.

Org.: Os autores.

Saquet e Silva (2008) buscam subsídios nos pressupostos do geógrafo Milton Santos, entre eles *Por uma Geografia Nova* (1978), e afirmam que na referida obra é possível perceber a diferenciação entre território e espaço, pois, no processo de utilização

do território pela população, é criado o espaço geográfico amplo e complexo, entendido como um sistema indissociável de objetos e ações, em que a sociedade é uma expressão concreta e histórica. Assim, o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem múltiplos atores que territorializam suas ações.

Em síntese,

o território, como recorte espacial, está contido no espaço e o espaço no território, num movimento dialético. O território não se apresenta como forma definitiva e organizada do espaço, porém, há sinais que permitem acreditar que o território corresponde ao palco onde se realizam as atividades criadas a partir da herança cultural do povo que o ocupa; é também uma fração do espaço local articulada ao mundial (SAQUET; SILVA, 2008).

Saquet (2007) demonstra enfoque similar a Haesbaert (2002; 2003; 2004; 2007; 2013) ao definir território pelas relações de poder em termos de materialidade e imaterialidade. Em sua obra, o autor busca articular as dimensões sociais do território no âmbito das relações de poder. Para ele, o conceito de território deve ser analisado nas dimensões sociais: a economia (E), a política (P), a cultura (C) e as relações do homem em sociedade com sua natureza exterior (N).

Nesta perspectiva de análise, reconhece a importância do tempo histórico, da multiescalaridade e das fragmentações e permanências reveladas pelas redes, relações de poder e identidades, propondo a abordagem da categoria território na sua forma material e imaterial, admitindo que no processo de territorialização ocorre a ação de elementos heterogêneos: sujeitos, redes, relações, fluxos, escalas e lugares. Assim,

[...] a territorialização é (i) material, com aspectos ligados ao movimento de reprodução da sociedade e da natureza e com elementos específicos de cada lugar, grupo social, etnia, período, momento. Há uma (i) materialidade das formas e relações sociais: uma está na outra; as obras estão nos conteúdos, nas territorialidades e estas nas obras; não consigo imaginar que existam formas sem relações e relações sem formas. A (i) materialidade ocorre na relação E-PC-N, no território, na territorialidade. (SAQUET, 2007, p. 160-161).

Saquet (2006) descreve e analisa as contribuições dos geógrafos Claude Raffestin, Giuseppe Dematteis, Angelo Turco e Eugenio Turri, todos com reconhecida produção científica em estudos territoriais. Segundo o autor, Raffestin marca a expansão dos estudos territoriais que se efetivam a partir dos anos 1980 -1990, que destacam o caráter político do território e as relações de poder centradas na atuação do Estado e nas relações sociais cotidianas, visando o controle e a dominação, fato que implica na materialização das territorialidades no espaço, resultando “[...] na construção de malhas, nós e redes, delimitando campos de ações, de poder, nas práticas espaciais que constituem o território” (SAQUET, 2006, p. 73).

O autor considera também como contribuição fundamental de Claude Raffestin, a apresentação e análise do processo TDR (Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização), que se dá principalmente por fatores econômicos, gerando um espaço que interliga diferentes atores sociais, relações de poder, redes de circulação e comunicação, territorialidades e formas de domínio dos recursos naturais.

Ao analisar o pensamento de Giuseppe Dematteis em relação à categoria território, Saquet (2006) ressalta os aspectos: a) O território é fundado em comportamentos opostos, envolvendo a comunicação, a cooperação e a troca; b) considera as superações (mudanças), as contradições e a processualidade histórica; c) o território não indica uma realidade natural e sim uma realidade material e técnica; d) o território é um produto socioespacial, de relações sociais que são econômicas, políticas e culturais e de ligações, de redes internas e externas que envolvem a natureza.

Saquet (2006) apresenta a obra de Angelo Turco ressaltando seu enfoque humanístico, baseado também em conceitos centrais da abordagem de Claude Raffestin. No decorrer de sua produção, sinaliza para uma abordagem múltipla do território e da territorialização construída socialmente por meio das relações de poder e do agir social, que constrói o território através de processos sociais, propondo três categorias para ordenar as ações humanas: a) denominação: diz respeito à atribuição de nomes aos lugares, significa controle simbólico; b) reificação: corresponde à intervenção estruturante, organizativa e transformativa; significa um controle prático, exercido através de construções (formas visíveis) e usos do território (regras, normas); c) estruturação: apropriação e controle do território.

Assim, identifica um território construído pela natureza e um território historicizado, produzido pelo homem, citando a ocorrência da identidade e/ou enraizamento e conexões nos níveis nacional e internacional; heterogeneidade e unidade, natureza e sociedade. Desta forma, a periodização é central na proposta de abordagem que contempla o presente como ponto de partida e o processo histórico como explicação da dinâmica social e natural.

Ao buscar construir uma abordagem (i) material do território, Saquet (2006) destaca os aspectos importantes para os estudos territoriais:

- a) a identificação e caracterização de mudanças/descontinuidades e permanências/continuidades (des-continuidades), considerando-se suas contradições e relações de poder nas dinâmicas econômica, política e cultural; b) a heterogeneidade, como tempos (temporalidades) e territórios (territorialidades) ou as múltiplas formas e relações, em interação; c) a identidade ou traços comuns; d) as articulações territoriais, em rede, como um único movimento; e e) componentes da natureza exterior ao homem, influenciando e sendo influenciados em processos territoriais. (p. 24).

Ressalta ainda a articulação entre os conceitos de Espaço, Tempo e Território, afirmando que não estão separados mas são diferentes. O homem, em sociedades, produz e percebe o território, por meio de relações sociais que são (i) materiais: econômicas, políticas, culturais e naturais de forma.

Pelo exposto nas seções anteriores, conclui-se que no âmbito da ciência geográfica, as categorias espaço e território integram o conteúdo da produção científica de Haesbaert (2002; 2003; 2004; 2007; 2013) e Saquet (2006; 2007; 2008; 2008; 2011), cujos referenciais teóricos estão centralizados em autores proeminentes como Milton Santos, particularmente nos subsídios relacionados ao conceito de espaço geográfico, e Claude Raffestin na perspectiva do conceito de território como espaço de poder.

A diferenciação de abordagem entre os dois autores reside no esforço de aprofundamento dos conceitos de território, desterritorialização e reterritorialização. Em Haesbaert (2002; 2003; 2004; 2007; 2013), as fontes teóricas são Guies Deleuze e Félix Guattari e o autor dedica-se a demonstrar a multiplicidade de territórios em seus processos formativos. Já Saquet (2006; 2007; 2008; 2008; 2011) utiliza como subsídios, a produção científica dos geógrafos italianos Giuseppe Dematteis, Angelo Turco e Eugenio Turri, propondo a abordagem da categoria território na sua forma material e imaterial.

As relações sociais assumem centralidade no conteúdo da obra de Fernandes (2004; 2006; 2009; 2012; 2013) que ressalta o espaço social como uma dimensão do espaço geográfico que possui completividade, conflitualidade e interação. Para o autor, as leituras espaciais fragmentárias promovem desigualdades e diferentes formas de exclusão. Ademais, as relações sociais sempre apresentam uma intencionalidade e resultam em uma determinada leitura do espaço, resultando em diferentes leituras socioespaciais que produzem o território como um espaço de conflitualidades, apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Na perspectiva de Fernandes (2005), o território

[...] é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade. (p. 27).

Segundo o autor, as multiterritorialidades são os diferentes territórios que se constituem no interior do espaço geográfico, uma vez que as relações sociais produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas com vínculos indissociáveis, integrando uma totalidade que se organiza de acordo com as intencionalidades, podendo resultar na sua existência ou sua destruição.

Fernandes (2005), com base nas reflexões expostas em obras anteriores, propõe uma leitura geográfica dos movimentos sociais, inaugurando os termos movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Para tanto, argumenta que os processos geográficos são também processos sociais e, como já colocado anteriormente, as relações sociais apresentam intencionalidades que resultam na produção de espaços, lugares, territórios, regiões e paisagens.

Em tal processo, as relações sociais produzem espaços e são produzidas por eles, porque ambos são indissociáveis. Assim, ocorrem os movimentos dos espaços sociais e dos territórios nos espaços geográficos, cujas propriedades dos espaços e dos territórios são manifestadas em ações, relações e expressões materiais e imateriais. As propriedades

dos espaços e territórios se movimentam por meio da expansão, do fluxo, refluxo, multidimensionamento, criação e destruição.

Ao abordar a expansão e ou a criação de territórios, o autor refere-se à territorialização e ao mencionar o refluxo e a destruição refere-se à desterritorialização, ressaltando a conflitualidade e as contradições das relações socioespaciais e socioterritoriais.

Deste modo, ocorre o processo geográfico conhecido como TDR, ou Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização. Sob esta perspectiva, classifica os processos geográficos em: a) processos geográficos primários: espacialização, espacialidade, territorialização e territorialidade; b) processos geográficos procedentes: desterritorialização, reterritorialização, desterritorialidade, reterritorialidade.

Enquanto a territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou interrupto, a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas. Existem dois tipos de territorialidade, a local e a deslocada, que podem acontecer simultaneamente. A territorialidade local pode ser simples ou múltipla, depende dos usos que as relações mantenedoras fazem do território [...]. O uso múltiplo de um mesmo território explicita a sua territorialidade [...]. A desterritorialidade acontece com o impedimento da realização de uma dessas ações. Da mesma forma fora que a reterritorialidade acontece com o retorno da mesma [...]. (FERNANDES, 2005, p. 32).

Nesta abordagem, a espacialização não é expansão, são fluxos e refluxos da multidimensionalidade dos espaços e é realizada em movimento, tornando-se fato acontecido; já a espacialidade carrega o significado da ação, é o movimento contínuo de uma ação ou o multidimensionamento. Enfim, a espacialidade é subjetiva e a espacialização é objetiva e são processos que podem acontecer simultaneamente. Neste contexto, o autor menciona a pluriterritorialidade, entendida como os movimentos que transformam espaços em territórios através da TDR, carregando consigo suas identidades territoriais, constituindo uma pluriterritorialidade.

A conflitualidade das relações sociais é recorrente nas obras em análise (FERNANDES, 2004; 2006; 2009; 2012; 2013) e é percebida como o principal agente de transformação do espaço em território por meio do enfrentamento entre as múltiplas

intencionalidades e forças políticas das diferentes classes sociais, reafirmando a indissociabilidade entre as lutas de classes e os processos geográficos de formação dos territórios. Para o autor, a

conflitualidade é um processo [...] formado por diversos componentes polarizados como uno – diverso; consenso – crítica; regra – conflito; padronização – variedade; centralização – centralidades; território – territórios. O âmago da conflitualidade é a disputa pelos modelos de desenvolvimento [...] marcados pela exclusão[...] produtora de desigualdades. (FERNANDES, 2013, p. 175).

Desta maneira, ao realizar uma análise geográfica dos movimentos, o autor enfatiza que, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos. Destaca que os movimentos socioterritoriais têm o território como essencial para sua existência. Entretanto, um movimento pode ser ao mesmo tempo socioterritorial e socioespacial porque determinados grupos criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios.

Os movimentos apenas socioespaciais são compreendidos pelo autor como aqueles que não possuem território definido, são sujeitos ou grupos que realizam mediações e/ou representações da reivindicação, de espaços e ou de territórios, representam entidades de apoio ou contrárias aos movimentos socioterritoriais que produzem espaços políticos e se espacializam. Já os movimentos socioterritoriais formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização, ampliando suas ações nos espaços de socialização de forma propositiva, resultando na construção de espaços políticos, sociais, culturais em diferentes lugares e territórios.

Fernandes (2013) apresenta uma tipologia de territórios a fim de estabelecer uma leitura da diversidade territorial, tendo como premissas as relações sociais que, por meio da conflitualidade, produzem os territórios, apresentando duas compreensões distintas de território: a) compreendido apenas como espaço de governança, multidimensional e pluriescalar, denominado território uno; b) territórios diversos, onde o ponto de partida é o espaço de governança. Entretanto, considera também os componentes formados pelos

fixos, fluxos, aspectos materiais e imateriais, formados pelas diferentes relações entre as classes sociais.

Com o objetivo de facilitar a compreensão dos movimentos das relações entre as classes sociais na produção de diversos territórios, o autor propõe as seguintes denominações de ordem dos territórios: a) espaços de governança como primeiro território; b) propriedades como segundo território; c) espaços relacionais como terceiro território. Os conceitos de fixos e fluxos são transversais aos três tipos de territórios. Assim, o primeiro e o segundo território são fixos ou são fluxos, já o terceiro território contém a qualidade de ser fixo e fluxo.

O primeiro território ou espaço de governança tem como referências as relações praticadas pelas classes sociais que produzem e organizam os territórios, entre eles o primeiro, nas suas diversas escalas e instâncias. As propriedades também são frações do primeiro território, que integram o segundo território, nelas o capital se concentra de modo a controlar os territórios. A relação entre primeiro e segundo território é intrínseca, permeada pela disputa territorial que ocorre pela desterritorialização ou pelo controle das formas de uso e de acesso aos territórios.

O terceiro território é o espaço relacional considerado pelo autor, a partir de suas conflitualidades, que reúne todos os tipos de territórios em movimentos de expansão e refluxo determinados pelas relações sociais e as conflitualidades entre as classes. Em síntese, o segundo território obedece ao caráter jurídico da propriedade e o terceiro se apropria desta condição, mas não está subordinado a ela e se relaciona às formas de uso dos territórios. Dessa forma, o território imaterial relacionado com o controle, o domínio e a ideologia está presente em todas as ordens de territórios.

Os territórios agrários na perspectiva do Boletim DATALUTA

O boletim DATALUTA se constitui em um instrumento de divulgação mensal da realidade da questão agrária no Brasil. Existe como forma de sistematização das informações desde janeiro de 2008 (cf.: www2.fct.unesp.br/nera/boletim.php).

A categoria de análise território está presente nos textos do Boletim Dataluta associada à formação de movimentos socioterritoriais e reforma agrária. Tal fato se deve ao caráter do próprio boletim que consiste em registrar movimentos de luta pela terra de

maneira mais dinâmica e atual, visibilizando os conflitos, refletindo sobre suas nuances. As palavras mais recorrentes são “reforma agrária”, “campo” e “terra” (Figura 5).

Figura 5: Principais termos presentes no boletim DATALUTA



Fonte: Boletim DATALUTA, 2016; 2017; 2018; 2019.

Org.: Os autores.

Os boletins analisados trazem importantes elementos sobre as políticas agrárias do Brasil que foram determinantes para a configuração do território nacional e para as desigualdades regionais. As políticas territoriais no período colonial, em especial, o Tratado de Tordesilhas e o Regime Sesmarial, contribuíram para apropriação das terras e definição das estruturas territoriais e políticas no país. Além disso, a Lei de Terras de 1850 consolidou o processo de concentração de poder por meio do reconhecimento dos direitos constituídos sobre a propriedade e posse das terras obtidas previamente e de proibição de acesso não oneroso (gratuito) às terras disponíveis. Cabe ainda mencionar que a Lei de Terras de 1850 também favoreceu a emissão de títulos precários e, conseqüentemente, os mecanismos de burla para locupletamento das terras de interesse público social.

Outrossim, os instrumentos territoriais de natureza agrária foram recepcionados pelas constituições brasileiras de 1824 (Brasil Império) e de 1891 (Brasil República) e “aperfeiçoados” pela legislação civil, de modo especial, pelo Código Civil de 1916, vigente até 2002. No período republicano, a instituição do estado brasileiro federativo, republicano e democrático restou comprometida por ocasião das alianças entre as elites políticas (e agrárias). Mais do que isso, pelo pacto dos governantes para manutenção das estruturas de poder nos estados, viabilizada pelo controle dos governos estaduais sobre as terras devolutas. Nesta direção, a repartição de competências entre União e Estados para

gestão das terras públicas e as políticas de ocupação do território, em especial, as políticas de colonização pública e privada, promoveram a concentração fundiária e, por certo, a formação do campesinato.

Não é menos verdade que a organização e a atuação das classes sociais no país intensificaram-se após o fim do Estado Novo, quando movimentos sociais, partidos políticos e associações civis foram criadas para mobilização e representação política. A saber, a territorialização do capital no espaço agrário decorre de processo histórico e geográfico afeto às relações de poder entre capitalistas e trabalhadores, nas quais o Estado atua fortemente para assegurar os interesses das classes dirigentes. Este processo se comprova facilmente com a simples constatação das disparidades regionais e inter-regionais e configuração territorial pseudomodernizante e excludente, que por sua vez evidencia a hegemonia da agricultura capitalista e dos seus representantes e também a marginalização da massa trabalhadora camponesa e de seus grupos sociais.

Como afirma Oliveira (2007, p. 104), o período compreendido entre 1940 e 1960 foi marcado pelo processo de organização, reivindicação e luta no campo brasileiro. Daí o surgimento, nos anos 1960 e 1970, de importantes instrumentos legais na seara agrária: o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n.º 4.214/1963, revogada pela Lei n.º 5.889/1973) e o Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504/1964). Em que pese a legislação infraconstitucional prever um conjunto de instrumentos jurídicos e políticos em defesa dos trabalhadores rurais e da reforma agrária no país, o que se viu foi a consolidação das políticas estatais de ocupação do território, colonização e implementação da agricultura capitalista e dos médios e grandes empreendimentos agropecuários. Os avanços legislativos relacionados à reforma agrária, à função social da propriedade, à desapropriação por interesse social, ao direito à terra e ao trabalho no campo não foram efetivados pelos governos durante a ditadura militar (1964-1985), que decidiram pela supressão dos direitos fundamentais e pela adoção de políticas e programas governamentais de alto impacto territorial, social e ambiental, sobretudo no Cerrado e na Amazônia.

Com a redemocratização do país e o I PNRA de 1985, a reforma agrária retomou a sua importância política e social, se bem que as iniciativas do governo federal foram obstaculizadas pelas organizações político-partidárias vinculadas aos proprietários de terras, presentes no próprio governo, na administração pública federal e no Congresso Nacional. Neste viés, o Estado intermediou de forma tendenciosa e parcial os conflitos

das classes (no campo) responsáveis pela estrutura socioeconômica e regional-territorial do país. É fato que a dialética social produz “dinâmicas territoriais (agrárias)” e define a problemática agrária nacional. Esta tensão esteve no momento da elaboração da Carta Magna atual do país e continua a comprometer a efetividade dos direitos fundamentais e sociais presentes na seara agrária.

Contudo, ainda que a Constituição Federal de 1988 não tenha incorporado um modelo rigoroso e eficaz de política nacional de reforma agrária contra a apropriação indiscriminada de terras públicas, especulação imobiliária e absentismo de agentes e corporações rurais, não se pode ignorar que existe, de fato, um direito constitucional pautado nos seguintes princípios jus agrários: prevalência do interesse público e social (artigo 184, caput), função socioambiental da propriedade (artigos 184, caput, e 186), compatibilização das políticas públicas e destinação das terras públicas e devolutas em acordo com a política agrícola e a reforma agrária (artigo 187, §2º c/c artigo 188) e proteção de unidades produtivas e pequenas e médias propriedades (artigo 185), de acordo com Lima (2018).

Não obstante, as informações registradas nos Boletins Dataluta revelam passado e presente das geografias das lutas pela terra e da agricultura capitalista, ou melhor, os processos e as dinâmicas territoriais (territorialização, desterritorialização e reterritorialização). Sob esta perspectiva, observa-se a análise crítico-reflexiva sobre o papel da agricultura (camponesa-familiar e capitalista-patronal) no desenvolvimento do território, incluindo os temas: produção agropecuária, luta pela terra, reforma agrária e estrutura fundiária.

A categoria ocupações de terras se destaca como fundamental para implementação da política nacional de reforma agrária, isto é, para criação de assentamentos rurais, senão vejamos (Quadro 2).

Aprofundando-se sobre as pesquisas agrárias, nota-se que a luta pela terra se difundiu no território. Isto é, as ocupações de terra estão espalhadas por todas as regiões e estados da federação, embora ainda persista algum nível de concentração deste fenômeno no Sudeste e Nordeste. No entanto, cabe explicitar que a criação de assentamentos rurais foi priorizada nas áreas de expansão da fronteira agrícola, na verdade, a política nacional de reforma agrária foi um recurso para interiorização da agricultura capitalista e preservação da estrutura fundiária do país em prejuízo da justa

distribuição de terras e racionalização do uso dos imóveis rurais. Nesta direção, Norte, Nordeste e Centro-Oeste possuem a maior quantidade de assentamentos rurais, famílias assentadas e área reformada.

Quadro 2: Ocupações de terra e assentamentos rurais (1988-2017)

Ano	Ocupações de terra		Assentamentos rurais	
	N.º de ocupações	N.º de famílias	N.º de assentamentos rurais	N.º de famílias
1988	71	10.491	110	26.578
1989	86	20.350	99	14.174
1990	50	7.314	21	3.411
1991	86	15.190	76	15.007
1992	91	16.438	162	22.652
1993	116	19.442	68	4.920
1994	161	22.516	36	10.661
1995	186	42.746	392	61.382
1996	450	74.965	468	62.688
1997	500	63.110	719	95.528
1998	792	106.481	766	81.219
1999	856	113.909	668	55.694
2000	519	81.640	424	39.108
2001	273	44.927	479	38.401
2002	269	40.146	386	29.855
2003	539	89.958	323	33.688
2004	662	111.447	457	42.217
2005	561	71.884	873	117.062
2006	545	57.868	716	113.093
2007	533	69.484	387	35.895
2008	389	38.827	327	34.501
2009	391	37.075	298	32.225
2010	184	16.936	211	15.536
2011	226	25.369	111	9.549
2012	253	23.145	119	7.751
2013	256	23.301	136	13.164
2014	235	30.888	143	10.684
2015	251	38.789	81	5.490
2016	212	27.454	28	1.002
2017	181	20.596	29	1.900

Fonte: Giradi, 2008; Girardi et al., 2018.

Org.: Os autores.

Sabe-se que a política nacional de reforma agrária teve efeitos limitados na alteração da estrutura fundiária brasileira. Contudo, a precariedade e a falta de integração dos sistemas e cadastros de terras no país inviabilizam análises técnicas mais apuradas sobre a situação fundiária atual.

De certa forma, a Lei da Reforma Agrária (n.º 8.629/1993) e o fortalecimento da estrutura e gestão política, administrativa e jurídica para criação de assentamentos rurais foram importantes para desenvolvimento da política pública. Ocorre que alterações na Lei da Reforma Agrária, promovidas pela Medida Provisória n.º 2.183-56/2001, criaram obstáculos à organização e à atuação dos movimentos sociais de luta pela terra. Fato é que a lei proibiu as ocupações de imóveis rurais e a participação e realização de atos de mobilização política e social. Sem estes mecanismos para pressionar o governo federal e os órgãos competentes para execução da reforma agrária e criação de assentamentos rurais, os movimentos sociais de luta pela terra diversificaram suas estratégias de ação e implantaram agenda de lutas diferenciada que inclui concentração em espaços públicos, ocupação de prédios públicos, marchas e caminhadas, acampamentos, bloqueios de rodovias, jornadas universitárias, entre outras formas de protestos e mobilização.

Por fim, constata-se, por meio das análises realizadas nos discursos presentes nos boletins Dataluta, que as geografias de lutas pela terra estão cada vez mais plurais, tendo em conta que elas envolvem diferentes movimentos sociais e setores da sociedade civil, sobretudo as universidades e as organizações não-governamentais; em que pese a territorialização do capital tenha avançado com a presença expressiva de grandes grupos transnacionais no campo brasileiro.

Ainda sobre a complexidade da questão agrária brasileira e do campesinato, os povos indígenas e as comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, entre outros) estão expostos e vulneráveis aos processos de territorialização do capital no campo. Uma característica presente na análise dos boletins são as denúncias sistemáticas da ocorrência de violência no campo contra pessoas e organizações, conflitos por terra, água e outros recursos, trabalho escravo, entre outros graves problemas no campo, com ênfase especial a questão indígena.

É certo que a interpretação da questão indígena não pode ignorar a problemática agrária nacional exposta anteriormente. Não obstante, a questão indígena tem seus próprios fundamentos teóricos e empíricos, bases políticas e normativas que demandam posição acadêmico-científica e social diferenciada. Assim sendo, a apresentação de dados das lutas dos povos indígenas em pesquisas agrárias é sempre justificável e compreensível. Todavia, é importante analisar “globalmente” não só a condição especial dos povos indígenas, mas a situação das comunidades tradicionais no que se refere aos

seus direitos territoriais, sociais, culturais e políticos. Este é um grande desafio para as pesquisas agrárias atuais.

Enfim, o boletim Dataluta realiza a análise conjuntural e apresenta dados estatísticos sobre a questão agrária do ponto de vista do campesinato, suas lutas e seus conflitos, proporcionando visibilidade a esse grupo social, por vezes excluídos das pautas políticas. Ademais, as categorias território, desterritorialização, territorialização são materializadas nos discursos atrelados à esperança de transformações estruturais na sociedade brasileira.

Considerações finais

O presente artigo propôs uma análise de alguns autores no âmbito da ciência geográfica e suas contribuições acerca do conceito de território, desterritorialização e reterritorialização sem a pretensão de propor um desfecho à reflexão sobre tão importante debate. Assim, neste ensaio buscou-se resgatar e explicitar reflexões desenvolvidas por eles e (principalmente) enfatizar os aspectos trabalhados nas diferentes concepções apontadas.

Cada autor, de acordo com as suas concepções teóricas e metodológicas, dá ênfase às questões que envolvem os termos, buscando detalhar, explicar, classificar ou entrelaçar os liames que integram a dinâmica dos territórios, buscando desfragmentar as leituras parciais. Em todos os textos analisados, a categoria espaço geográfico subsidia a discussão dos conceitos em foco. Outro aspecto considerado relevante nas obras analisadas, é a perspectiva do território como espaço de poder que incluem dimensões materiais e imateriais e múltiplas escalas geográficas.

Os textos do Boletim Dataluta registram o conceito de território, desterritorialização e reterritorialização no âmbito da questão agrária, evidenciando os múltiplos agentes que constituem frentes de resistência ao grande capital. Evidenciam também a contradição histórica da questão agrária no país, através das relações sociais de produção; da estrutura social e da forma como o Paradigma da Questão Agrária analisa o processo contínuo de concentração de terras, os conflitos inerentes ao desenvolvimento do sistema capitalista.

O Boletim Dataluta representa uma forma de dar visibilidade às lutas sociais e se constitui em uma fonte de pesquisa de excelência. Ademais, expressa o debate de um coletivo de pensamento que acredita em uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALVES, Dáfni Priscila; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; DA SILVA, Anderson Henrique. O poderoso NVivo: uma introdução a partir da análise de conteúdo. **Revista política hoje**, v. 24, n. 2, p. 119-134, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Biblioteca Digital do Planeamento, 2004.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica. **A pesquisa em Educação do Campo**. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Ed.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, n. 6, p. 24-34, 2012.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2013.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/atlas>.

GIRARDI, Eduardo Paulon et al. **Relatório Dataluta Brasil – 2017**. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP, 2018.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, a. 9, n. 17, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **Geographia**, v. 4, n. 7, p. 7-22, 2002.

LAGE, Maria Campos. Utilização do software NVivo em pesquisa qualitativa: uma experiência em EaD. **ETD - Educação Temática Digital**, n. 12, p. 198-226, p. 2011. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-243727>.

LIMA, Diogo Marcelo. D. F. de. Reforma agrária no Brasil: estatuto jurídico-político e direitos fundamentais à terra e ao trabalho no campo. *In*: SOUZA, Carlos Eduardo Silva; THEODORO, Marcelo Anthonio. (Org.). **Direito agroambiental e sustentabilidade: estudos e discussões contemporâneas**. Curitiba: CRV, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular; UNESP, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. Proposições para estudos territoriais. **GEOgraphia**, v. 8, n. 15, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território e territorialidade. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-16, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio; DA SILVA, Sueli Santos. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo Uerj**, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.

Recebido em 09/10/2019. Aceito para publicação em 20/11/2020.
--